

**PLANO TRABALHO PARA EXPORTAÇÃO PARA A REPÚBLICA DA  
ARGENTINA DE CUCURBITÁCEAS PRODUZIDAS NO BRASIL SOB SISTEMA DE  
MITIGAÇÃO DE RISCO (SMR) DE *Anastrepha grandis***

**1. INTRODUÇÃO**

A mosca-sul-americana-das-cucurbitáceas (*Anastrepha grandis*), presente no Brasil nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e no Estado da Bahia, embora seja considerada praga de importância secundária para o Brasil, reveste-se de importância quarentenária para a Argentina. Os SMR abrangem alguns municípios dos Estados de Bahia, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul. Esse sistema é reconhecido oficialmente por parte do Departamento de Sanidade Vegetal e aprovado pelas Organizações Nacionais de Proteção Fitossanitária (ONPF) dos países importadores, com base em critérios definidos pelas Normas Internacionais para Medidas Fitossanitárias (NIMF) nº 14 e nº 30.

**2. PRODUTOS INCLUÍDOS NO PLANO DE TRABALHO**

Estão incluídos frutos frescos de cucurbitáceas *Cucumis melo* L. (melão), *Citrullus lanatus* Thunb. (melancia), *Cucurbita* spp. (abóbora).

**3. ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES**

1. Direção Nacional de Proteção Vegetal (DNPV), **SENASA - Argentina**
2. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) representado pelo Departamento de Sanidade Vegetal (DSV) da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA), doravante denominados **MAPA**.
3. Os Órgãos Estaduais de Defesa e Sanidade Vegetal – **OEDSV**, autorizados pelo MAPA para efetuar atividades de campo, por delegação de competências.
4. Produtores e exportadores de cucurbitáceas, doravante denominados **exportadores**, que podem ser representados por suas respectivas entidades. Os exportadores serão aprovados individualmente, desde que atendam aos requisitos deste plano de trabalho.
5. Laboratórios de análises fitossanitárias - pertencentes à Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários do Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) ou de instituições oficiais, doravante denominados apenas **Laboratório**.

**4. RESPONSABILIDADE DOS PARTICIPANTES**

**4.1. DE AMBAS AS ONPFs (SENASA E DSV)**

1. Realizar a supervisão e auditorias do plano de trabalho.
2. Revisar o plano de trabalho a pedido de qualquer uma das partes.

#### 4.2. RESPONSABILIDADES DO SENASA

1. Manter, juntamente com o MAPA, o plano de trabalho atualizado.
2. Participar com o MAPA e o setor privado, nas revisões do plano de trabalho.
3. Auditar o cumprimento do SMR a qualquer momento ou quando julgar necessário.

#### 4.3. RESPONSABILIDADES DO MAPA

1. Garantir que as responsabilidades dos exportadores, OEDSVs e dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários (AFFA) do MAPA sejam cumpridas, de acordo com este plano de trabalho.
2. Aprovar os cadastros de propriedades e inscrições de unidades de produção (UP) e Unidades de Consolidação (UC), feitos pelos OEDSVs, nas quais os frutos são produzidos, processados e embalados para serem exportadas para a Argentina.
3. Supervisionar o desenvolvimento geral do plano de trabalho, de acordo com as normas nacionais.
4. Assegurar que a produção e a embalagem dos frutos provenham de UPs e UCs aprovadas pelo MAPA.
5. Assegurar os recursos humanos qualificados e necessários para a certificação fitossanitária.
6. Promover avaliação periódica deste plano de trabalho, em conjunto com o SENASA, OEDSVs e o setor produtivo exportador.
7. Tomar medidas corretivas necessárias ao detectar qualquer descumprimento do plano de trabalho.
8. Informar ao SENASA as UPs inscritas no Plano de Trabalho para cada safra. Deverão ser informados os seguintes dados: nome da propriedade, nome do produtor, município, código da UP, data de plantio, área plantada, espécie, variedade, data de colheita e produção estimada.
9. Informar ao SENASA todas as normas estabelecidas pelo MAPA para o reconhecimento ou modificação dos municípios de cada Estado sob o Sistema de Mitigação do Risco da praga *Anastrepha grandis* em cultivos de cucurbitáceas.

#### 4.4. RESPONSABILIDADE DOS EXPORTADORES E PRODUTORES

1. Cumprir todas as exigências deste plano de trabalho e regulamentações fitossanitárias geral e específica deste programa.
2. Arcar com todas as despesas relacionadas à supervisão do plano de trabalho pelo SENASA.
3. Realizar os levantamentos fitossanitários, supressão de *Anastrepha grandis*, seguindo as normas estabelecidas pelo MAPA.
4. Manter a população de *Anastrepha grandis* em níveis MAD abaixo ou igual a 0,1 nas UPs inscritas.
5. Exportar somente frutos provenientes de UPs inscritas.
6. Exportar somente frutos de UPs com MAD igual ou inferior a 0,1.
7. Executar no tempo definido as ações corretivas propostas pelo SENASA e determinadas pelo MAPA.



#### 4.5. RESPONSABILIDADE DOS OEDSVs

1. Cadastrar as propriedades e inscrever UPs e casas de embalagem no SMR.
2. Coordenar e fiscalizar as ações previstas para o controle da praga.
3. Coordenar e fiscalizar o processo de monitoramento, efetuando fiscalizações in loco.
4. Fiscalizar as atividades dos Responsáveis Técnicos quanto ao monitoramento e à certificação fitossanitária de origem.
5. Inspecionar os embarques antes de autorizar o carregamento dos caminhões.
6. Lacrar envios de cucurbitáceas certificadas na origem e emitir permissões de trânsito de vegetais.

#### 5. AMPARO LEGAL

##### 5.1. POLÍTICAS E REGULAMENTOS DO SENASA

1. O SENASA emitirá o AFIDI para o ingresso de frutos de cucurbitáceas, em conformidade com o disposto neste Plano de Trabalho.
2. Como condição para entrada na Argentina, os frutos de cucurbitáceas devem ter sido produzidos obrigatoriamente sob Sistema de Mitigação de Risco de *Anastrepha grandis*, em municípios aprovados pelo MAPA e pelo SENASA, de acordo com as normas específicas publicadas pelo MAPA.
3. As condições para cadastro de propriedades e inscrição de UPs e UCs no programa de exportação e as diretrizes para os levantamentos fitossanitários são estabelecidas pelo MAPA por meio da publicação de normas específicas.

##### 5.2. REGULAMENTOS DO MAPA

- **Instrução Normativa SDA nº 16, de 05/03/2006** – Sistemas de Mitigação de Risco de *Anastrepha grandis*.
- **Instrução Normativa MAPA SDA nº 33, de 24/08/2016** – Certificação Fitosanitária de Origem.
- **Instrução Normativa MAPA nº 28, de 24/08/2016** – Permissão de Trânsito de Vegetais.
- **Instrução Normativa MAPA nº 71, de 13 de novembro de 2018** – Procedimentos e Critérios para Emissão do Certificado Fitossanitário - CF
- **Instrução Normativa nº 41, de 7 de agosto de 2006** – Reconhece o Sistema de Mitigação de Risco da Praga *Anastrepha grandis* implantado na área que compreende os Municípios de Carmo do Rio Verde, Itapuranga, Jaraguá e Uruana, no Estado de Goiás.
- **Instrução Normativa nº 42, de 9 de agosto de 2006** – Reconhece o Sistema de Mitigação de Risco da Praga *Anastrepha grandis* em cultivos de cucurbitáceas, implantado na área que compreende os Municípios de Mesópolis, Paranapuã, Urânia e Presidente Bernardes, no Estado de São Paulo.
- **Instrução Normativa SDA nº 29, de 08 de agosto de 2007** - Reconhece o Sistema de Mitigação de Risco da Praga *Anastrepha grandis* em cultivos de cucurbitáceas, implantado na área que compreende os Municípios de Paracatu, João Pinheiro, Unai, Uberlândia, Jaíba, Matias Cardoso e Manga, no Estado de Minas Gerais.

- **Instrução Normativa nº 37, de 22 de outubro de 2007** - Integra o município de Tarabai, no Estado de São Paulo, no Sistema de Mitigação de Risco da Praga *Anastrepha grandis* em cultivos de cucurbitáceas, reconhecido por meio da Instrução Normativa SDA nº 42, de 9 de agosto de 2006.
- **Instrução Normativa nº 22, de 17 de julho de 2008** - Integra os municípios de Rio Verde, Maurilândia e Santa Helena, do Estado de Goiás, ao Sistema de Mitigação de Risco da Praga *Anastrepha grandis* em cultivos de cucurbitáceas, reconhecido por meio da Instrução Normativa SDA nº 41, de 7 de agosto de 2006.
- **Instrução Normativa nº 32, de 30 de outubro de 2008** - Inclui o município de Regente Feijó, no Estado de São Paulo, no Sistema de Mitigação de Risco da Praga *Anastrepha grandis* em cultivos de cucurbitáceas.
- **Instrução Normativa nº 35, de 21 de novembro de 2008** - Reconhece o Sistema de Mitigação de Risco da Praga *Anastrepha grandis* em cultivos de cucurbitáceas, implantado na área que compreende os Municípios de Bagé, Dom Pedrito e Herval, no Estado do Rio Grande do Sul.
- **Resolução Nº 1, de 28 de julho de 2009** - Reconhece o Sistema de Mitigação de Risco de *Anastrepha grandis* em cultivos de cucurbitáceas nos municípios de Cristalina e Ipameri, do Estado de Goiás.
- **Resolução Nº 2, de 23 de setembro de 2009** - Reconhece o Sistema de Mitigação de Risco de *Anastrepha grandis* em cultivos de cucurbitáceas no município de Rinópolis, do Estado de São Paulo.
- **Resolução nº 3, de 14 de outubro de 2009** - Reconhecer o Sistema de Mitigação de Risco de *Anastrepha grandis* em cultivos de cucurbitáceas no Município de Luz, do Estado de Minas Gerais.
- **Resolução nº 1, de 4 de fevereiro de 2011** - Reconhece o Sistema de Mitigação de Risco da Praga *Anastrepha grandis* em cultivos de cucurbitáceas nos Municípios de Macau e Jandaíra, no Estado do Rio Grande do Norte, com o objetivo de exportação de frutos frescos de cucurbitáceas para países que têm restrições quarentenárias com relação à referida praga.
- **Resolução nº 1, de 19 de julho de 2012** - Reconhecer o Sistema de Mitigação de Risco da Praga *Anastrepha grandis* em cultivos de cucurbitáceas no Município de Santa Izabel do Ivaí, no Estado do Paraná, com o objetivo de exportação de frutos frescos de cucurbitáceas para países que tem restrições quarentenárias com relação à referida praga.
- **Instrução Normativa nº 23, de 18 de outubro de 2012** - Reconhece o Sistema de Mitigação de Risco da Praga *Anastrepha grandis* em cultivos de cucurbitáceas no Município de Ribeira do Amparo, no Estado da Bahia, com o objetivo de exportação de frutos frescos de cucurbitáceas para países que têm restrições quarentenárias com relação à referida praga.
- **Instrução Normativa nº 4, de 18 de março de 2013** - Reconhecer o Sistema de Mitigação de Risco da Praga *Anastrepha grandis* em cultivos de cucurbitáceas nos Municípios de Goianésia e São Miguel do Araguaia, no Estado de Goiás, com o objetivo de exportação de frutos frescos de cucurbitáceas para países que têm restrições quarentenárias com relação à referida praga.
- **Instrução Normativa nº 9, de 1º de abril de 2014** - Reconhece o Sistema de Mitigação de Risco da Praga *Anastrepha grandis* em cultivos de cucurbitáceas no Município de Indiana, no Estado de São Paulo, com o objetivo de exportação de frutos frescos de cucurbitáceas para países que têm restrições quarentenárias com relação à referida praga.



- **Instrução Normativa nº 32, de 17 de agosto de 2017**- Reconhece o Sistema de Mitigação de Risco da praga *Anastrepha grandis* em cultivos de cucurbitáceas no município de Edealina, no Estado de Goiás, com o objetivo de exportação de frutos frescos de cucurbitáceas para países que têm restrições quarentenárias com relação à referida praga.
- **Instrução Normativa nº 95, de 18 de setembro de 2020** – Reconhece o Sistema de Mitigação de Risco da praga *Anastrepha grandis* em cultivos de cucurbitáceas no município de Luziânia, no Estado de Goiás, com o objetivo de exportação de frutos frescos de cucurbitáceas para países que têm restrições quarentenárias com relação à referida praga.
- **Portaria nº 318, de 21 de maio de 2021**- Reconhece o Sistema de Mitigação de Risco da praga *Anastrepha grandis* em cultivos de cucurbitáceas no município de Nova Crixás, no Estado de Goiás, com o objetivo de exportação de frutos frescos de cucurbitáceas para países que têm restrições quarentenárias com relação à referida praga.
- Qualquer norma que incorpore ou modifique os reconhecimentos do Sistema de Mitigação de Risco da praga *Anastrepha grandis* em cultivos de cucurbitáceas deverá ser informada ao SENASA de acordo com o ponto 4.3.9 deste plano de trabalho.

## 6. CADASTRO DE PROPRIEDADES EXPORTADORAS SOB SMR

1. Todos os produtores e exportadores de cucurbitáceas que desejam exportar cucurbitáceas para a Argentina devem cadastrar suas propriedades e inscrever suas UPs e UCs.
2. O cadastro das propriedades e inscrição de UPs e UCs deve ser feito pelo OEDSV, conforme descrito abaixo:
  - A propriedade receberá identificação numérica que será formada pelo código numérico da UF, código numérico do município e o número sequencial com quatro dígitos.
  - O OEDSV fornecerá o (s) código (s) da (s) UP (s) no ato da inscrição, que será composto pelo código numérico da propriedade, ano com dois dígitos, e número sequencial com quatro dígitos.

## 7. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NAS PROPRIEDADES CADASTRADAS NO SMR LEVANTAMENTOS DE MONITORAMENTO E CONTROLE DE *Anastrepha grandis*.

1. As propriedades cadastradas no SMR devem realizar os levantamentos de monitoramento de *Anastrepha grandis* nas UPs inscritas.
2. Os levantamentos fitossanitários deverão ser feitos utilizando-se armadilhas do tipo McPhail contendo atrativo alimentar à base de hidrolisado de proteína diluída a 5% em água;
3. As armadilhas deverão ser implantadas em até 35 (trinta e cinco) dias de cultivo (contados a partir da data da semeadura, mesmo para os casos de transplante), devendo permanecer obrigatoriamente enquanto existirem restos culturais após a colheita.
4. As armadilhas devem ser instaladas de forma que sua base fique pouco acima da altura esperada da cultura, em seu máximo desenvolvimento vegetativo esperado.

5. A densidade de armadilhas deve ser de uma para cada 5 (cinco) hectares ou fração.
6. Cada armadilha receberá um código numérico, que corresponderá ao código da UP na qual se encontra instalada, acrescido do número sequencial com três dígitos.
7. As armadilhas deverão ser identificadas no campo por meio de etiquetas, contendo o código da armadilha, data da instalação e data da coleta.
8. O material capturado de cada armadilha deverá ser integralmente acondicionado em frasco apropriado, de plástico ou vidro, contendo solução alcoólica a 70%, separado e identificado com etiqueta posta em seu interior,
9. A coleta do material capturado deverá ser feita semanalmente.
10. Em cada uma das UPs inscritas no Plano de Trabalho, o OEDSV deverá coletar, a campo, uma amostra de frutos para determinar a ausência de estágios imaturos (ovo, larva ou pupa) de *Anastrepha grandis*. Caso seja detectada a presença de estágios imaturos vivos da praga, a UP ficará inabilitada para exportar para a Argentina, sob a modalidade de SMR, durante o restante da safra. Na ausência de estágios imaturos, os frutos da referida UP poderão continuar com o seu processo de exportação para a Argentina.

## 8. PLANO DE SUPRESSÃO DA PRAGA

1. Sempre que o índice MAD da UP atingir valor superior a 0,1 e menor ou igual a 0,4 para *Anastrepha grandis*, durante o período semanal de monitoramento, o produtor deverá implementar ações emergenciais para supressão da praga, passando a utilizar uma densidade de 1(uma) armadilha para cada 2,0 hectares, até que o índice MAD retorne a valor inferior a 0,1.
2. O OEDSV será responsável pela coordenação das ações previstas para o controle da praga, e aos produtores caberá o ônus e a execução física e financeira dessas ações.
3. As medidas de controle podem ser culturais, biológicas ou químicas, mas devem reduzir o índice MAD abaixo do limite estabelecido ( $MAD \leq 0,1$ ). Até que esse resultado seja obtido, a UP estará impedida de exportar para a Argentina.
4. Para a UP em processo de supressão da população da praga *Anastrepha grandis*, o responsável técnico deverá elaborar relatórios semanais que serão enviados ao OEDSV para avaliação dos resultados e tomada de decisão, até que o índice MAD retorne a valor inferior a 0,1.

## 9. CASAS DE EMBALAGEM

1. Todas as casas de embalagens devem dispor de Responsável Técnico habilitado pelo OEDSV.
2. A casa de embalagem receberá identificação numérica, que será formada pelo código numérico da UF, código numérico do município e o número sequencial com quatro dígitos.
3. As atividades desenvolvidas nas casas de embalagem, inscritas conforme norma de Certificação Fitossanitária de Origem (CFO) devem ser fiscalizadas pelo OEDSV e supervisionadas pelo MAPA.
4. O exportador deve processar e embalar somente cucurbitáceas advindas de UPs inscritas no SMR de *Anastrepha grandis*, que tenham índice MAD abaixo ou igual a 0,1, de acordo com as normas vigentes, e que a presença de *Anastrepha grandis* não tenha sido detectada na amostragem de frutos a campo.



5. Durante o processo de embalagem, o RT deve verificar se o produto está livre de *Anastrepha grandis*, para o qual deverá selecionar frutas suspeitas ou com danos associados a mosca. A análise desses frutos deve ser realizada por funcionários do estabelecimento, que tenham habilidade para determinar a presença da praga. Cada amostragem de frutos realizada deverá ser registrada e poderá ser supervisionada pelo OEDSV. Caso seja detectada a presença de estágios imaturos vivos da praga, a UP ficará inabilitada para exportação para a Argentina, sob a modalidade de SMR, durante o restante da safra.

6. Os produtores ou casa de embalagem deverão identificar cada um dos containers que compõem o envio com uma etiqueta de identificação. Para os envios à granel, o fruto deverá ser identificado individualmente. As etiquetas devem ser de tamanho legível e conter as informações referentes ao Código UP, Espécie e Variedade”.

## 10. CERTIFICAÇÃO FITOSSANITÁRIA

1. Os envios de cucurbitáceas a serem exportados para a Argentina serão amparados por Certificado Fitossanitário (CF), com a seguinte declaração adicional: *“O envio não apresenta risco quarentenário quanto à praga Anastrepha grandis, como resultado da aplicação oficialmente supervisionada de um Sistema de Mitigação de Risco, no Estado, e aprovado pela ONPF do Brasil.”*

2. Todos os envios, antes de sua consolidação no meio de transporte definitivo, deverão receber uma inspeção oficial da OEDSV. A inspeção fitossanitária consistirá na inspeção visual de 0,3% do total de frutos do envio, na proporção da quantidade de frutos de cada UP, para determinar a ausência de *Anastrepha grandis*. Diante da detecção de sintomas ou danos suspeitos da praga, o fruto deverá ser cortado. Caso sejam detectados estados vivos imaturos de *Anastrepha grandis*, além de rechaçar o embarque, a UP ficará inabilitada para exportação para a Argentina, sob a modalidade de SMR, durante o restante da safra.

3. O carregamento dos caminhões poderá ocorrer nas casas de embalagem ou mesmo no campo, em UPs inscritas, após inspeção pelo fiscal do OEDSV.

4. Após inspeção do envio, o fiscal do OEDSV deverá lacrar a carga e emitir a PTV, fazendo constar nesse documento o número do lacre.

5. A emissão do certificado fitossanitário internacional se dará nos pontos de saída para a Argentina, por Auditor Fiscal Federal Agropecuário, de acordo com norma nacional específica.

6. Os certificados fitossanitários serão emitidos sempre que possível, em sistema eletrônico.

7. No campo referente à declaração adicional no certificado fitossanitário constará apenas a declaração adicional referente ao SMR de *Anastrepha grandis*.

## 11. MEDIDAS FITOSSANITÁRIA NO DESTINO

1. No ponto de entrada, o SENASA procederá à Verificação Documental e a Inspeção Física do envio. Nos Pontos de Entrada do Controle Integrado a inspeção poderá ser realizada em conjunto com o do MAPA.

2. Durante a inspeção documental, o SENASA verificará o saldo da produção informado pelo MAPA correspondente à(s) UP(s) do envio.

3. Diante a detecção de larvas vivas de *Anastrepha grandis*, o envio será rechaçado e o Senasa desativará a UP pelo resto da temporada e a casa de embalagem será

suspensão. O SENASA deverá informar oficialmente ao MAPA os dados referentes à data de detecção, UP, espécie, variedade, embalagem e exportador. O MAPA deverá realizar investigação documental e sanitária, elaborar laudo técnico a enviar ao SENASA para análise quanto à possível reabilitação ou em caso de divergência com as informações reportadas, o SENASA poderá avançar com medidas adicionais, auditorias ou ampliação da suspensão, informando o MAPA da decisão tomada.

4. Caso sejam encontradas caixas ou frutos não identificados com o código da UP, o envio será rechaçado. Caso seja detectado que não há correspondência entre os códigos da UP das caixas ou frutos e o que está declarado no Certificado Fitossanitário, será concedido o prazo de 72 horas úteis, a partir do momento em que o fiscal do SENASA notificar o AFFA na fronteira, para que o DSV prossiga com a investigação e, quando cabível, faça as devidas correções junto ao SENASA. A comunicação será feita através dos pontos de contato oficiais.

5. Eventuais erros de preenchimento do certificado fitossanitário que não comprometam a segurança do estado fitossanitário da partida não serão motivo de retenção ou rechaço da carga no ponto de entrada, ficando o emitente comprometido a enviar os documentos corrigidos no prazo máximo de 72 horas úteis.

## **12. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES**

O descumprimento das obrigações contidas neste Plano de Trabalho e nas normas nacionais poderá acarretar em suspensão da certificação da produção proveniente do lote, UP ou propriedade em que foram detectadas as irregularidades.

## **13. DURAÇÃO E PRAZO**

De comum acordo, o DSV/Brasil e a DNPV/Argentina poderão propor a revisão deste Plano de Trabalho a qualquer momento ou quando julgarem necessário.

Este plano entra em vigor na data da sua assinatura.

Assinatura:



Data:

30/08/2021

Departamento de Sanidade Vegetal  
e Insumos Agrícolas (DSV)

Assinatura:



Data:

20/09/2021

Dirección Nacional de Protección Vegetal  
(DNPV)